

# Brasília: uma cidade ou uma capital à época de sua inauguração?

Márcio de Oliveira

## Resumo

Os trabalhos sobre o processo de construção de Brasília e seu significado no cenário nacional assumem que a capital foi efetivamente transferida na conhecida data de abril de 1960, demonstrando pouco interesse pela cidade em si. Este estudo parte da hipótese segundo a qual, no momento da inauguração, Brasília não reunia completamente as condições – tanto do ponto de vista político quanto do ponto de vista administrativo – de ser uma capital, menos ainda uma cidade. O objetivo é compreender como a cidade foi transformada em capital e as implicações disso. Para tanto, examinamos, para cada ano, entre 1956 (ano dos primeiros trabalhos no canteiro de obras) e 1960 (ano da inauguração), as obras que foram construídas e as relacionamos aos discursos oficiais pronunciados. O fio condutor da análise é o dia-a-dia da construção. O tema geral que os une é a construção da nação.

**Palavras-chave:** significado de Brasília; história de Brasília; governo JK; discursos governamentais; história do Brasil.

## Abstract

*Studies about the construction process of the new capital of Brazil, the city of Brasília, assert that the new capital was transferred in April 1960 and pay almost no attention to the city itself. The present work is based on the hypothesis that when the capital was transferred, the city did not have the conditions to be neither a capital, nor a city. We analyse the history and daily life of the city, from its beginning, in the year of 1956, until the end of its construction, in the year of 1960. In order to prove that hypothesis, we analyse the daily routine of the construction. We intend to reveal what was in fact built in each year, between 1956 and 1960, and we compare this to the government's speeches that were made at the same time. Finally, we assert that there are mutual correspondences between the speeches and the works constructed. Their general theme is the construction of the nation.*

**Key-words:** Brasília's meaning; history of Brasília; Kubitschek's government; government's speeches; history of Brazil.

cadernos metrópole 15 pp. 89-111 1ºsem. 2006

90

A transferência da capital do Brasil da cidade do Rio de Janeiro para a cidade de Brasília é um fato histórico. Bem datado e bem documentado, inclusive com um grande número de fotografias e filmes, o processo de transferência desperta a atenção de inúmeros pesquisadores no Brasil e no exterior. Mas aqueles que visitam a cidade de Brasília hoje, com seus 46 anos e mais de dois milhões de habitantes<sup>1</sup> não podem mesmo imaginar. De fato, quando foi inaugurada para ser a nova capital do Brasil, precisamente no dia 21 de abril de 1960, Brasília estava longe de ser uma cidade, e apenas em parte era uma capital. Para compreender como foi possível inaugurar e transformar uma cidade não totalmente construída em capital, é preciso retornar àqueles momentos, àquela época. Entender o processo de transferência, o dia-a-dia da construção.

Este artigo parte da hipótese segundo a qual, no momento da inauguração, Brasília não reunia completamente as condições – tanto do ponto de vista político (os atores políticos dos três poderes não estavam presentes e atuando no novo ambiente) quanto do ponto de vista administrativo (não havia funcionários, a estrutura material e mesmo os edifícios não estavam operacionais) – para ser uma capital. Essa hipótese assume relevo especial quando sabemos que as principais interpretações sobre a transferência da cidade não deram a devida atenção a esse fato. Ao contrário, tomaram a data da inauguração como o momento preciso da transferência da capital, procurando entender as razões de uma

mudança que não se completara. Não analisaram em detalhe o momento histórico. A título de exemplo, vale lembrar que, quando a cidade começou a ser construída, houve um grande e negativo impacto na sociedade. Esse fato marcou a tal ponto o processo de construção que Israel Pinheiro, o ex-presidente da Companhia de Urbanização da Nova Capital (Novacap) e verdadeiro “patrão” do canteiro de obras, afirma ter convivido com três perguntas incansavelmente repetidas no momento inicial e durante todo o período: Por que mudar a capital tão precipitadamente? Brasília era responsável pela inflação? Brasília estaria pronta no dia da inauguração? No dizer de muitos, transferir a capital para uma cidade a ser construída era um absurdo, um capricho de JK ou um simplesmente um projeto fadado ao fracasso. O poder não seria transferido durante o governo JK e a “capital” iniciada seria transformada numa “cidade universitária”. De fato, tanto na sociedade quanto no Parlamento, tantos foram os que trabalharam contra Brasília, utilizando argumentos de peso, tais como a corrupção e o personalismo (Carlos Lacerda), o custo e a inflação (Eugênio Gudin), a inoportunidade e a impossibilidade técnica (Gustavo Corção), que até hoje paira um certo mistério sobre as razões do sucesso do governo e mesmo sobre as razões do próprio JK em realizar a transferência.<sup>2</sup>

No intuito de verificar a hipótese acima e, a partir daí, compreender as razões da transferência, investigamos o que foi efetivamente construído a cada ano e se esse processo revela algum tipo de prioridade

na construção. Examinamos, para cada ano, entre 1956 (ano dos primeiros trabalhos no canteiro de obras) e 1960 (ano da inauguração), as obras que foram construídas e as relacionamos aos discursos oficiais pronunciados. O fio condutor da análise é o dia-a-dia da construção: os trabalhos de edificação e a simbólica transferência do poder; discursos e inaugurações. A partir destes, procuramos explicar as razões da própria transferência e o significado de Brasília. Inicialmente, vejamos como, nas últimas décadas, a cidade vem sendo interpretada. Após isso, analisamos, ano a ano, os principais fatos do processo de construção.

## As principais interpretações sobre Brasília

Como desenvolvemos alhures (Oliveira, 2005), as principais interpretações sobre as razões da transferência podem ser divididas por épocas, dos anos 1970 até a década de 1990.

Skidmore (1978) afirma que a construção de Brasília inscreve-se no interior do “programa de metas”<sup>3</sup> do governo do ex-presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira<sup>4</sup> (1956-61). Ressalta, porém, que o projeto de transferência acabaria por se tornar a mais importante peça no jogo da estabilidade política e de crescimento econômico, consolidando uma aliança entre elites políticas e empresariais no período compreendido entre 1955 e 1961. O papel do crescimento econômico e do “programa de metas” para o processo de estabilidade

política é também trabalhado por Benevides (1976). Segundo ela, orientado pelas linhas gerais do “programa de metas”, que permitiu a aplicação técnica de incentivos, o governo JK habilmente conseguiu manter o frágil equilíbrio político entre os partidos de sua base. Este equilíbrio, contudo, acabaria por revelar seus limites no governo Jânio Quadros-João Goulart.

Cardoso (1978), Coelho (1989) e Maranhão (1986) concordam com a tese da estabilidade política. Insistem, porém, no papel preponderante que a ideologia nacional-desenvolvimentista – presente tanto na origem quanto no final do processo de construção de Brasília – desempenhou no processo de legitimação do capitalismo monopolista do Estado brasileiro. Para estes autores, a transferência da capital vincula-se ao projeto de consolidação de um capitalismo monopolista no Brasil, este último explicando a própria construção da nova capital.

Analisando a cidade em termos político-urbanísticos, Bicca (1985) se refere a Brasília como uma cidade autoritária, fruto de um Estado autoritário, unindo numa mesma análise a influência de um período posterior à construção (regime militar, 1964-85), responsável pela consolidação política da nova capital, aos princípios modernistas definidos por Le Corbusier em sua “Carta de Atenas”. Vesentini (1986) fala em uma obra geopolítica autoritária, cuja dimensão básica seria a posse do *hinterland* brasileiro como fator para a afirmação de um projeto de segurança e de soberania nacional gerado nas lides militares ao

longo da primeira metade do século XX. Espejo (1984) prioriza menos a dimensão política do que a dimensão moral do projeto de transferência. Relaciona a tradição positivista das forças armadas brasileiras à presença, no seio do governo JK, de alguns militares ligados ao espiritismo kardecista. Afirma haver uma correspondência entre segurança nacional, extensão territorial e potencialidades econômicas (variáveis geopolíticas) e “as prerrogativas de uma influência moral sobre o continente”.

92 Holston (1989, pp. 84-92) argumenta que o projeto de Brasília, fruto de uma “utopia modernista”, teria consolidado a máxima segundo a qual o espaço urbano poderia moldar os destinos da sociedade. Afirma que o modernista projeto de Brasília sobrepujou os interesses político-econômicos desenvolvimentistas. Desenvolve assim uma tese quase inversa àquelas acima citadas, segundo as quais os fatores políticos e econômicos é que explicam a transferência e a construção da nova cidade. Ressalta, enfim, que essa “utopia modernista” seria responsável inclusive pela desigualdade socioespacial que a cidade conhece desde os tempos da construção.

Essas teses, surgidas nos anos 1970 e 1980, insistem na existência de fatores determinantes – ligados à esfera do Estado, ao capitalismo monopolista, às elites político-empresariais dominantes, à geopolítica militar ou ainda às concepções urbanísticas lecorbusianas – para a compreensão do projeto e do processo de construção de Brasília. De certa forma, tomam partes pelo todo, algumas delas inclusive (desigualdade

socioespacial ou regime militar) posteriores à própria construção. Assim fazendo, distanciam-se do período da construção e, de certa forma, invertem a perspectiva histórica: o hoje é que explicaria o ontem.

Nos anos 1990, novos trabalhos são publicados. No campo do urbanismo, Cardoso (1995, p. 107) discorda em parte da importância dada às questões econômicas. Afirma que “a princípio, Brasília parece um corpo estranho dentro do conjunto de objetivos estritamente econômicos do Plano de Metas”. Afirma, porém, que a cidade acabaria por desempenhar uma “função simbólica” dentro da política nacional-desenvolvimentista. Também na área da arquitetura e do urbanismo, Carpintero (1998) distancia Brasília das concepções lecorbusianas *stricto sensu*. Ressalta que Lúcio Costa – o autor do plano piloto – introduziu pequenas, mas inúmeras diferenças no partido urbanístico proposto por Le Corbusier. A análise de Carpintero (ibid.) faz jus ao próprio Lúcio Costa (1995, p. 282), para quem as raízes de seu projeto devem ser buscadas na sociabilidade de Piccadilly Circus, nos terraplenos chineses, na monumentalidade de Versailles e nos viadutos dos arredores de Nova York.

Bomeny (1992), em análise próxima àquela de Pedrosa (1981), vincula Brasília ao modernismo dos anos 1920/30. A cidade fala mais à modernista tradição brasileira que propriamente às alianças políticas e aos interesses econômicos. Tratar-se-ia quase de uma vitória do utópico projeto da racionalidade. Num registro próximo a este, Silva (1997) inscreve o processo de construção

de Brasília dentro da paradigmática relação entre modernidade e periferia, localizando-o dentro do movimento pioneiro da “marcha para o interior”, iniciada nos anos 1940, durante o governo Vargas. Assim fazendo, esse autor consegue resgatar a enorme (e esquecida) importância que o estado de Goiás e os goianos tiveram, tanto no processo de consolidação do sítio da nova capital quanto naquele de sustentação política de Brasília no Congresso Nacional. Moreira (1998) defende a idéia de que Brasília é fruto de um conjunto de circunstâncias históricas, sociais, ideológicas e políticas bastante complexas e não excluídas. Relacionando um bom número de variáveis sociais (de ordem política, econômica ou cultural), aponta para o fato de que não há fator determinante que explique Brasília. Lopes (1996) afirma que compreender Brasília é desvendar o “enigma da esfinge”. Considera que o projeto da cidade correu por sobre a “ascensão industrial paulista e a decadência econômica da velha capital” e acenou positivamente para diversos interesses e grupos sociais, além de ter atraído a simpatia de intelectuais de esquerda e de direita.<sup>5</sup>

Todas as teses acima têm, curiosamente, um ponto em comum. Procurando trabalhar não apenas o sentido do projeto, mas também o momento histórico de sua construção, assumem, ainda que implicitamente, que a capital foi efetivamente transferida na conhecida data de abril de 1960. Assim fazendo, não trabalham especificamente a transferência do poder, a construção e a inauguração da cidade.

Voltemos agora àqueles anos. Os documentos tomados como objeto de análise estão presentes nos volumes de discursos do ex-presidente, publicados pela Secretaria da Presidência, nas mensagens de ano novo enviadas ao Congresso Nacional entre 1956 e 1960 e nos livros autobiográficos de JK, *Meu caminho para Brasília* e *Por que construí Brasília*. Foram consultados ainda os 40 números da *Revista Brasília*<sup>6</sup> – revista mensal editada pela Novacap – publicados entre os meses de janeiro de 1957 a abril de 1960<sup>7</sup> e os 4 volumes da Coleção Brasília, intitulados *Diário de Brasília* para os anos de 1956/57, 1958, 1959 e 1960.

## 1956

Nesse ano, o governo JK, auxiliado pelo governador de Goiás e sua equipe e, igualmente, por San Thiago Dantas,<sup>8</sup> decide por um projeto de lei enviado ao Congresso Nacional em abril de 1956. O projeto era simples e completo. Previa a mudança sem fixar a data e previa a criação de uma empresa pública, a Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap), dotada de não mais que CR\$ 30 milhões de despesas, “tendo em vista a experiência de Belo Horizonte e, mais recentemente, de Goiânia”. Foi finalmente aprovado em 19 de setembro de 1956 (Lei nº 2.874).

Todas as decisões sobre a oportunidade e o tipo de obra a ser construída seriam tomadas pela Novacap, sobretudo por seu presidente, Israel Pinheiro, pelos

arquitetos Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, e pelo próprio JK, cabendo a este sempre a última palavra. Uma das primeiras iniciativas da Novacap, ainda em 1956, foi organizar o espaço da construção, dividindo-o em três grandes áreas: uma destinada às atividades comerciais e de serviços (posteriormente denominada Cidade Livre ou Núcleo Bandeirante), outra destinada à administração da cidade (escritórios da Novacap, acampamento central, armazéns e depósitos) e uma última, destinada à administração das empresas privadas. Uma vez o território organizado, JK definiu nestes termos a prioridade da construção:

94

Inicialmente, vamos erguer o Núcleo Residencial Pioneiro da Fazenda do Gama, o Palácio do governo, a casa do Presidente, as instalações do Batalhão de guarda e o aeroporto. Após isso, pelo critério da essencialidade, atacaremos a edificação dos grandes prédios públicos que deverão estar concluídos dentro do prazo mencionado.<sup>9</sup>

Àquela época, outubro de 1956, o "prazo mencionado" era de 3 anos e 10 meses, o que levaria à inauguração da cidade para o mês de agosto de 1960. Essa prioridade era definida bem antes da escolha do "plano piloto" e o projeto urbano de Lúcio Costa acabaria por ser sua primeira vítima: apenas a metade dele estaria pronta no dia da inauguração. As obras prioritárias consistiam na residência presidencial (ainda sem nome), no aeroporto, no batalhão da guarda e nos edifícios públicos dos 3 poderes constitucionais. Fixada nesse momento, a

prioridade seria respeitada até o dia da inauguração. Ela confirma que o objetivo perseguido era a construção de uma capital (símbolo de uma nova nação) e não necessariamente de uma cidade. Dito de outro modo, a idéia era erguer um centro administrativo, dotado de infra-estrutura urbana mínima, onde pudesse funcionar o poder do Estado.

Em meados do mês de outubro de 1956, o grupo de amigos de JK que trabalhava na construção decide oferecer-lhe um presente. Uma residência provisória. Niemeyer, encarregado do projeto, apresenta seu trabalho em 24 horas. Em 10 dias<sup>10</sup> estava pronta a nova residência: nasceu o Palácio de Tábuas, como a imprensa o chamou em referência à sua construção em madeira ou Catetinho, como foi chamado por seus criadores, em referência ao Palácio do Catete. Inaugurado oficialmente a 10 de novembro de 1956, o Catetinho permitiria que JK pernoitasse em Brasília quando de suas visitas ao canteiro de obras. Simbolicamente, porém, o Catetinho, caçula de seu irmão carioca, tornar-se-ia a peça principal de um novo cenário: antes de se tornar a capital, Brasília tornava-se a sede ocasional do executivo nacional, renunciando a improvisação jurídica e política que marcaria a capital até o final dos anos 1970.<sup>11</sup>

No mês de dezembro de 1956, Niemeyer apresenta a "maquete" do "Palácio Residencial" e são iniciados os trabalhos da pista de pouso do aeroporto. Aos 31 dias desse mês de dezembro de 1956, inaugura-se a primeira obra em alvenaria em

Brasília às margens de um lago inexistente: a Ermida Dom Bosco. Situada na margem oeste do lago ainda inexistente, com abertura frontal em direção à residência presidencial (que seria posteriormente localizada na outra “margem”), a Ermida havia sido edificada a partir do projeto que Israel Pincheiro havia encomendado a Niemeyer. Homenageava-se aqui o santo João Bosco, padre salesiano italiano que, tendo vivido na cidade de Turim ao final do século XIX, teria “sonhado” com a construção de uma cidade a partir da qual se organizaria uma próspera civilização. Essa primeira obra destoava da prioridade da construção, sobretudo porque o sonho de João Bosco não fala exatamente em uma cidade. Mas uma tradução feita à *propos* mudou alguns termos, transformando sonho passado na Bolívia em uma civilização a partir de uma cidade no planalto central do Brasil. O governo JK se aproveitou dessa “tradução” e, ao inaugurar a Ermida, conseguia legitimar social e historicamente a construção da cidade de Brasília e a “nova” civilização brasileira, indicando que mesmo em sonho ela já estava prevista. A partir dessa inauguração, JK aproveitaria todas as ocasiões religiosas para fazer referência ao “sonho” de Dom Bosco,<sup>12</sup> agradando à igreja católica, aos políticos católicos e à grande maioria do povo brasileiro.

## 1957

Ao final do mês de janeiro de 1957, a Novacap decide criar uma publicação

mensal que terminaria por divulgar todo o processo de construção de Brasília. Essa publicação teve por origem uma obrigação legal. O artigo 19 da Lei nº 2.874 que criou a Novacap exigia que a Companhia entregasse mensalmente aos membros do Congresso Nacional uma prestação de contas, sob a forma de um boletim resumindo suas atividades e sua contabilidade. Do boletim à *Revista Brasília* foi um passo. Os números – do primeiro, publicado em janeiro de 1957, ao quadragésimo, publicado em abril de 1960 – apresentariam sempre o mesmo formato básico: na primeira página, um artigo de apoio ao processo de transferência ou à cidade, assinado por uma personalidade brasileira (intelectual, escritor, político, militar, artista, etc); em seguida, as seções “A marcha da construção”, “Noticiário de Brasília” e “Atas do Conselho”. O tom que marcaria toda a trajetória da revista foi anunciado logo em seu número de lançamento através da reprodução da mensagem do ano novo que JK acabara de fazer. O título desta mensagem foi “A transferência da Capital”:

Não sou o inventor de Brasília, mas no meu espírito se arraigou a convicção de que chegou a hora, obedecendo ao que manda a nossa lei magna, de praticarmos um ato renovador, um ato político, criador, um ato que, impulsionado pelo crescimento nacional a que acabo de me referir, virá promover a fundação de uma nova era para nossa pátria. A fundação de Brasília é um ato político cujo alcance não pode ser ignorado por ninguém.

95

É a marcha para o interior em sua plenitude. É a completa consumação da posse da terra. Vamos erguer no coração do nosso país um poderoso centro de irradiação de vida e de progresso.<sup>13</sup>

96 As referências aos objetivos da construção são apresentadas como consequência do dispositivo constitucional. Mas cumprir a lei não deveria ser considerado fato burocrático: a construção da nova capital representava a “fundação de uma nova era”, dividindo a história pátria em *antes e depois de Brasília*, como JK gostava de dizer. Seria o novo (talvez definitivo) ato da criação da nação, numa evocação clara às narrativas típicas de mitos das origens e da mitologia da fundação do Brasil; Encontra-se nesse discurso a referência ao ato político, à “Marcha para o Oeste”, à posse da terra, ao progresso no coração do país. Todas essas imagens completam-se; têm o mesmo significado simbólico: tratava-se de fundar uma nova sociedade e não apenas de construir uma nova cidade. Como se veria, a cidade seria cada vez mais, não o ponto de partida da nação, mas seu artifício. Ao desejo de um novo país – muitas vezes presentes na história do pensamento social e político brasileiro – JK pretendia inovar com uma materialidade sem precedentes: uma cidade modernista.

No dia 11 de fevereiro de 1957, a Novacap publica o primeiro relatório inventariando todas as obras em fase de conclusão: no aeroporto, a última camada de asfalto na pista e a estação de passageiros e, na sede da Novacap, a construção do

edifício do escritório central e de um galpão de depósito de materiais. Em andamento na futura capital: a construção de um hotel comercial e de pistas ligando o aeroporto à residência oficial, ao cruzeiro (centro histórico da cidade), ao Hotel de Turismo e à Ermida Dom Bosco. Esse relatório divulga ainda que a concorrência administrativa pública para a construção da rodovia Brasília-Anápolis já havia sido realizada, assim como os primeiros estudos para construção da ferrovia Brasília-Pirapora. Notam-se aqui duas coisas. Primeiro, a prioridade definitiva na construção da cidade: somente as obras associadas à nação estão em andamento. Segundo, o cuidado com o qual a *Revista* descreveria a evolução e o estado das obras. Detalhes, por vezes insignificantes, como a quantidade de metros cúbicos de terra deslocados, assumiriam importância capital nas páginas da *Revista*. Construir e narrar, fazer e divulgar (no Brasil e também no exterior), falar e mostrar; convidar ilustres visitantes, filmar, fotografar e historiar: dimensões inseparáveis dos anos de construção. Iniciava-se ali, naquele mês de fevereiro, a dupla construção – física e simbólica – da nova capital. Discursos, produção criteriosa das imagens e associação destas aos símbolos.

No dia 30 de junho de 1957, Israel Pinheiro envia ofício<sup>14</sup> ao Presidente da Comissão da Mudança da Capital Federal da Câmara dos Deputados, onde apresenta um extenso relatório sobre o andamento das obras em Brasília. O objetivo era informar ao Congresso que a data da transferência já poderia ser fixada. O relatório

teve grande importância política porque era o estado “real” das obras que avalizaria ou não a transferência ainda no mandato de JK. A análise desse relatório revela que apenas os edifícios públicos tinham datas para término. As residências, todas elas para funcionários e membros dos três poderes, aparecem apenas indicadas, sem localização, tamanho, referência ao tipo de moradia (casa ou apartamento) ou preço. Nota-se ainda que sua construção, à diferença dos palácios públicos, estava a cargo de institutos da previdência e não do governo. Isso poderia significar que, talvez, o governo não deveria ter controle dessas obras. Contudo, devido a sua importância estratégica, o governo velaria para que pelo menos algumas superquadras estivessem concluídas a tempo. Todas elas, respeitando a prioridade, estariam situadas na Asa Sul da cidade. Os serviços de água, de esgoto e de luz ficariam concentrados em torno dos três poderes e dessa mesma “asa”. Com relação à usina hidrelétrica no Rio Paranoá, ela seria concluída pela própria Novacap.

O governo, desde os primeiros momentos, concentrava todos os serviços, inclusive todos os trabalhos de urbanização, numa única asa da cidade, enquanto que a rede telefônica seria exclusividade dos poderes da República. Finalmente, as ligações rodoviárias seriam realmente prioritárias, sobretudo porque seu término facilitava a vinda de materiais de construção. Contudo, apenas o trecho em direção a São Paulo estaria pavimentado quando da inauguração da cidade. Já o trecho em direção à antiga capital, passando por Belo Horizonte,

embora liberado ao tráfego, não estaria completamente pavimentado. As ligações para o Norte, Nordeste e Oeste do país seriam obras em andamento no momento das festividades de inauguração. Numa palavra, a prioridade do governo JK em Brasília era clara e se limitaria à conclusão dos edifícios dos três poderes e das obras absolutamente necessárias ao funcionamento destes. Mas, como veremos, nem isso foi realmente realizado.

O ano de 1957 não assiste, como se pode facilmente imaginar, a um número importante de inaugurações de obras. Contudo, no mês de agosto de 1957, temos um acontecimento de monta: a votação no Congresso Nacional do projeto de Lei que fixava o dia da transferência da capital e conseqüente inauguração da cidade de Brasília, 21 de abril de 1960. O projeto era proposto pelo deputado federal pelo estado de Goiás, Emival Caiado e os parlamentares da oposição, realmente contrários à mudança, votaram a favor, acreditando que Brasília seria o “túmulo político de JK”.<sup>15</sup>

Nos discursos de JK, quando da promulgação da lei,<sup>16</sup> a inauguração de Brasília é a própria imagem de um segundo nascimento. Depois de Brasília, três datas poderiam resumir a história do Brasil: 22 de abril de 1500, 7 de setembro de 1822 e 21 de abril de 1960. Com Brasília, a nação não estaria somente construída, mas sua história conhecida e apreendida. Doravante, para o governo JK, o Brasil teria uma história, uma trajetória e um destino: Brasília. A principal vítima seria a própria cidade.

## 1958

As primeiras obras significativas no âmbito geral da construção da cidade foram inauguradas em 30 de junho de 1958, marcadas por um “Programa de Solenidades”, produzido e distribuídos às personalidades convidadas pelo governo para participar das festividades.<sup>17</sup> As obras foram: a residência oficial do Chefe de Estado, batizado “Palácio da Alvorada”, o hotel de turismo, batizado “Brasília Palace Hotel”, a “Avenida das Nações”, ligando a residência oficial e o hotel ao aeroporto, e a rodovia “Brasília-Anápolis”, ligando Brasília à cidade goiana de Anápolis (e assim à cidade de São Paulo). Nesse mês de junho, foi igualmente inaugurada a igreja “Nossa Senhora de Fátima” (projeto de Niemeyer), padroeira do Brasil (escolhida para ser também a padroeira de Brasília) além de quinhentas “casas populares”.

98

O “Programa das Solenidades” foi cuidadosamente preparado. A chegada dos convidados seria no dia 30 de junho pela manhã. Logo após a chegada, todos receberiam uma etiqueta de identificação “a ser colocada na lapela”. Do aeroporto, todos seriam conduzidos a um determinado trecho da rodovia Brasília-Anápolis, para “o rompimento da fita”, com direito a discurso de Israel Pinheiro. O trajeto de volta à cidade seria feito pela mesma rodovia. Em seguida, pela “avenida das nações”, se dirigiam ao Palácio da Alvorada, para sua inauguração, com direito ao ato religioso e discurso presidencial. Em seguida, JK ofereceria um almoço para então passar à

inauguração do “Brasília Palace Hotel”. O périplo encerrar-se-ia com uma visita às obras de Brasília e à “Cidade Bandeirante”. O retorno à cidade do Rio estava previsto para 17:30 horas.

É interessante notar o esmero na programação, o que incluía até um antecipado pedido de desculpas por tratar-se de “cidade em plena fase de construção”. O governo JK revelava aqui uma estratégia toda especial: mostrar que Brasília, embora em construção, era um lugar organizado e que o governo tinha total controle da situação. Inaugurando essas obras, o governo JK começava a mostrar ao Brasil que Brasília já era muito mais que um canteiro de obras. As grandes linhas do traçado da cidade tomavam forma, mostrando como seria a futura capital. O nome da residência oficial, “Palácio da Alvorada”, refletia o espírito das obras do governo JK, anunciando a alvorada da nova nação. O hotel, por sua vez, cumpriria uma função simples e importante: hospedar todas as personalidades e autoridades que JK convidava a Brasília. Enfim, a rodovia Brasília-Anápolis, com seus 130 km completamente asfaltados, cumpriria dois outros importantes objetivos. Um propriamente logístico – facilitar o transporte de materiais de construção até o canteiro de obras – e outro simbólico – sinalizar à sociedade brasileira que o país não era mais um conjunto de pequenas ilhas, mas uma nação una e integrada. Finalmente, nesse mesmo dia, ocorreria a entrega de casas populares. Sua função era bem particular: abrigar desenhistas, arquitetos e engenheiros, e tantos outros funcionários da

Novacap que moravam em residências provisórias ou que ainda se mantiveram trabalhando no Rio de Janeiro e precisavam residir em Brasília para acompanhar de perto o andamento das obras.

O ano de 1958 iniciou-se com a inauguração de uma ponte sobre o “Rio das Garças”, na rodovia Brasília-Anápolis. Essa primeira inauguração seria bem aproveitada por JK, que, inclusive, retomaria aqui um de seus hábitos mais bem explorados: inaugurar partes de uma obra para dar publicidade à construção da cidade. Por se tratar de uma ponte, importante elemento de ligação da rodovia estrategicamente mais importante para o governo, seu discurso realçou os seguintes elementos simbólicos:

O ideal da mudança da Capital para o centro geográfico do território brasileiro não teve senão esse motor inicial: aproximar os brasileiros, distribuir fontes de riqueza, criar no País um sistema em que as condições, o acesso ao trabalho, à produção e ao bem-estar deixassem de conhecer [...] disparidades e os paradoxos infelizmente ainda comuns em nosso território. [...] A ponte de concreto armado que hoje vos entrega o Governo é [...] símbolo de uma era de ressurgimento e de renovação.<sup>18</sup>

Em março desse ano, a *Revista* apresentava a reprodução do *plano piloto* com a indicação das superquadras que estavam sendo construídas pelos diversos institutos de previdência. As superquadras são as de números 308, 307, 306, 305, 108, 107, 106,

105, 208, 207 e 206. As superquadras duplas 403/404, 405/406, 409/410 e 411/412, não anunciadas, seriam finalmente incorporadas ao plano-piloto, sendo então conhecidas como “quadras dos pobres” em referência ao tipo dos blocos (3 andares sem pilotis à diferença dos tradicionais blocos de 6 andares com pilotis) e ao tamanho dos apartamentos. Era uma nova “linha” de quadras, originalmente não prevista. O Banco do Brasil (BB) construiria mais tarde as superquadras 303 e 114, além da 308, então atribuída à Caixa Econômica Federal (CEF). Além destas, a Fundação da Casa Popular (FCP) continuava construindo “casas populares” nas quadras acima da W3, as “700”. A CEF construiria uma linha de casas na atual quadra 703 e todas as casas da atual quadra 707, terminando por acrescentar uma segunda “linha” de quadras com casas, sob o pretexto de que muitos dos novos moradores não se acostuariam a viver em apartamentos. Todas as superquadras em construção (previstas e acrescentadas) encontravam-se na Asa Sul, acima e abaixo do eixo residencial, com forte concentração no centro dessa asa, demonstrando claramente uma opção pelo “miolo” da Asa Sul.

Ao final deste ano de 1958, o relatório da Novacap apresentava o Palácio da Alvorada, o Brasília Palace Hotel, as 500 casas populares (a cargo da FCP), 74 casas residenciais (a cargo da CEF), o aeroporto comercial e a Usina hidrelétrica de Saia-Velha como as principais obras concluídas na cidade. Ficava bastante evidente a prioridade da construção. Explicando a jornalistas o que estaria efetivamente concluído

quando da transferência, JK resumiu os objetivos buscados por seu governo:

Ressalte-se que não se pretende oferecer de pronto, para os que aqui vierem, uma cidade completa, mas sim uma capital com sua zona urbana concluída e em perfeitas condições de habitação e de recebimento dos órgãos públicos e dos estabelecimentos privados indispensáveis ao funcionamento do governo.<sup>19</sup>

A cidade seria apenas parcialmente construída. O depoimento soa como um veredicto. Antecipando-se a futuras críticas, o governo se defendia, afirmando que ele não poderia apresentar uma cidade tal como ele próprio a imaginara no começo da construção. Contudo, mesmo as “perfeitas condições de habitação e de recebimento dos órgãos públicos e estabelecimentos privados”, tão alardeadas pelo governo, estariam muito longe do desejado no dia da inauguração, colocando em risco o próprio funcionamento dos poderes públicos.

100

## 1959

O ano de 1959 foi decisivo. Faltando apenas 1 ano e 4 meses para a inauguração, era hora de se examinar em detalhe a nova nação anunciada. Concluídos o Palácio da Alvorada e o Brasília Palace Hotel, a prioridade voltou-se para os edifícios reservados aos poderes da República, ou seja, à edificação da Praça dos 3 Poderes e à Esplanada dos Ministérios, o coração político-administrativo da nova nação. Na

abertura do ano parlamentar, JK envia uma mensagem ao Congresso Nacional, prestando contas de todas as obras que seu governo havia realizado em Brasília. Encontram-se ainda nessa mensagem dados sobre as obras rodoviárias e ferroviárias e sobre investimentos na área de produção de energia elétrica. Na introdução dessa mensagem, encontramos a referência ao significado de Brasília:

A interiorização da Capital da República é etapa indispensável, senão a própria chave do desenvolvimento apto a transformar este arquipélago econômico, que um progresso desordenado criou no Brasil, em continente unido, interligado, sem os desníveis de riqueza, injustos e irremediáveis, que um dia poderão ameaçar a própria unidade nacional [...]. A clara consciência de nossa realidade econômica e geopolítica discerniu, em sua edificação, não apenas o cumprimento de um preceito da Lei Magna, mas um imperativo de sobrevivência, uma condição, para que o Brasil cumpra sua vocação unitária e não venha faltar ao seu destino de grande Nação.<sup>20</sup>

Nesse discurso, o sentido simbólico da nova capital está claramente apresentado: trata-se de uma “etapa da interiorização” destinado a “transformar este arquipélago econômico” em uma “condição da grande nação”. Não se tratava de cumprir um “preceito constitucional”. Não se tratava, portanto, de uma simples transferência de capital nem de construção de uma cidade. A cidade, certamente, não valia por si e suas

condições de habitabilidade acabariam por revelar a fragilidade de sua realidade concreta.

Em março desse ano, a *Revista* apresenta, nas páginas 2, 3, 4 e 5, uma série de fotografias da futura capital. A primeira delas é da “estrada totalmente asfaltada que liga os escritórios da Novacap à Praça dos 3 Poderes”. A segunda é do “aspecto do Congresso Nacional...” em construção. A terceira é da “cúpula do Senado Federal”, também em construção. A quarta é das “obras da central telefônica”. A prioridade da construção surgia agora em fotografias. Praça dos 3 Poderes, Câmara dos Deputados e Senado Federal, Esplanada dos Ministérios e... central telefônica! Somando-se a essas, duas outras fotografias de conjuntos residenciais, tem-se a Brasília que seria inaugurada em abril de 1960.

No dia 30 de abril, numa alocução para “A Voz do Brasil”, o diretor da Novacap, Ernesto Silva, anuncia que 2.200 unidades residenciais “estarão disponíveis em abril de 1960 e que outras 3.000 só ficariam prontas no final de 1960”, portanto, muito tempo depois da inauguração! Conclui-se assim que o programa residencial (quase 3 das 5 mil unidades previstas) não seria realizado. Com essas unidades, a Novacap esperava poder alojar uma população de 8 a 10 mil habitantes, incluindo nesse cálculo todos os funcionários diretos da administração federal, além dos membros do Congresso Nacional. Muito aquém do número estimado pelos estudos realizados pelo próprio governo, que girava em torno de 20 mil, apenas os funcionários públicos e suas

famílias. Pouco menos de um ano da inauguração, começava a transparecer a dimensão real da cidade que o governo apresentaria como a nova capital do Brasil.

O processo de construção revelava também, menos de 12 meses para a data da inauguração, um de seus aspectos mais controversos: a questão do financiamento de Brasília. No dizer de alguns, esse sempre foi o verdadeiro calcanhar de Aquiles da cidade. Brasília contou com pequeno volume de recursos externos. As linhas de crédito vindas do exterior somaram pouco mais de US\$25 milhões. Em conseqüência, o ritmo incessante da construção foi mantido graças às inversões do BB, da CEF, da FCP e dos diversos institutos de previdência. A importância “destes setores privados” foi de fato enorme, sobretudo porque a arrecadação de recursos, com a venda de lotes em Brasília, não correspondeu às expectativas.

Tentando averiguar o custo total da cidade, Lopes (1996, pp. 155-157) apresentou, com base em artigo publicado na revista *Conjuntura Econômica* (1962) e nas atas da Novacap, a seguinte contabilidade: CR\$149 bilhões, gastos até 1962. Novacap, CR\$71 bilhões, dos quais 71% eram recursos públicos, 21% empréstimos externos e 8% resultado da venda de lotes; outras entidades públicas, CR\$ 68 bilhões; iniciativa privada CR\$ 10 bilhões. Convertendo para valores em dólares de 1960, a cifra total chegava a US\$ 1,5 bilhões e, para valores de 1990, US\$ 5,3 bilhões. No balanço final, portanto, o custo havia sido bastante alto e, em termos de financiamento privado, o resultado foi decepcionante: a Novacap só

conseguiu obter 8% de sua renda através da venda de terrenos. As contas estouraram por sobre o governo e seu “setor privado”. Mais da metade dos gastos da cidade recaía sobre a própria Novacap<sup>21</sup> e o restante sobre os institutos de previdência e bancos públicos. A cidade saía muito mais cara do que o previsto, consumindo em 1959 cerca de 1% do PIB e mais do que 1% em 1960. Sim, era verdade que o governo havia financiado quase que totalmente a construção.

No dia 12 de setembro de 1959, JK festeja a passagem de seu quinquagésimo sétimo aniversário em Brasília. Uma pequena missa, oficiada na Igreja Nossa Senhora de Fátima, concluiria a passagem do aniversário presidencial, enquanto a Novacap entregava ao público mais três obras: 1) nove blocos residenciais a cargo de institutos de previdência; 2) a “avenida das nações” e seus “trevos urbanos” e 3) a barragem sobre o Rio Paranoá, possibilitando que começasse a se formar o lago, que abraça hoje a cidade, e a instalação da usina elétrica. Além dessas obras, JK lança a pedra fundamental da Catedral de Brasília e realiza a primeira ligação telefônica entre o Rio de Janeiro e o sítio da nova capital.

Nesse momento, de improviso, discursava.<sup>22</sup> Invocando fatos históricos, sinalizava para o sentido nacional, de interiorização e ocupação. A cidade, quanto a ela, aparece apenas rapidamente citada como um “admirável monumento de beleza”. É o artifice, o instrumento. À diferença de Lúcio Costa e mesmo de Niemeyer – lecorbusianos convictos, que acreditaram na capacidade de inflexão dos rumos sociais a partir do senti-

do arquitetônico – e mesmo do ex-diretor do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), Roland Corbisier (Oliveira, 2006) – para quem com Brasília se afirmava a vitória da “civilização urbana”, para o governo e para JK a cidade passou a importar menos que a capital, muito menos ainda que a “nova nação”.

Ao final de 1959, a Novacap apresenta também como parte das obras concluídas o que havia sido edificado sem a participação do governo em duas cidades-satélites (Núcleo Bandeirante e Taguatinga), ou seja, naqueles núcleos que, em princípio, deveriam desaparecer ao final dos trabalhos de construção. A essa época já se tinha como certo o fato de que ambas as cidades-satélites não apenas seriam definitivamente incorporadas à paisagem, mas sobretudo seriam um importante local de moradias, de comércio, etc. no futuro Distrito Federal. Na verdade, seriam elas que forneceriam muito daquilo que fora prometido, mas não realizado pelo governo. JK havia criado a máxima: “façamos o supérfluo porque o necessário será feito de qualquer maneira”. Brasília deveria ser o supérfluo.

## 1960

No dia inauguração, uma evidência: Brasília falava ao Brasil, não a si mesma. Se o projeto de Lúcio Costa e a arquitetura de Oscar Niemeyer em nada deixaram a desejar ao bordão “Brasília construirá o Brasil”, a cidade real, no que diz respeito às condições urbanas, ficou muito aquém dos discursos naquele 21 de abril.

Em fevereiro de 1960, a *Revista brasília* começava a apresentar o primeiro – e praticamente definitivo, porque a cidade seria inaugurada em menos de dois meses – balanço das obras construídas em Brasília. O plano da cidade (a planta baixa) em desenvolvimento, publicado pela Novacap e datado do dia 6 de fevereiro de 1960, demonstrava que apenas o “miolo” da Asa Sul estava em construção. Neste, dois erros: duas superquadras assinaladas como em construção – as de números 207 e 307 – só teriam suas obras iniciadas anos após a inauguração. Contudo, a forma da “unidade de vizinhança”, o átomo do projeto urbano de Lúcio Costa, composta pelas superquadras 105, 106, 306, 107, 108, 208 e 308 estava lá, embora nem todos os prédios e obras de calçamento e ajardinamento fossem estar concluídos no 21 de abril. As superquadras duplas 409 e 413 (com prédios de até 3 andares sem pilotis) estavam também em construção. Além disso, temos, entre as superquadras de números 308 e 307 – embora esta última fosse ainda um espaço vazio –, uma igreja e a “escola-parque”. Entre as superquadras 107 e 106, um cinema em construção. Entre as superquadras 108 e 107, a via de acesso emoldurada de conjuntos comerciais praticamente concluídos e funcionais. São igualmente assinaladas no plano, lojas comerciais, situadas na quadra 507 da avenida W3, justamente em frente às casas populares localizadas na outra margem dessa mesma avenida. A quadra 508 (W3), onde se localizava a nova sede da Novacap, já estava em condições de uso e a quadra 509

encontrava-se em construção. Entre as superquadras 308 e 309 – a primeira em fase muito inicial de construção e a segunda um espaço vazio – encontramos um supermercado e um centro médico de bairro, ambos em construção. Enfim, entre as superquadras 108 e 109 – a primeira construída e a segunda com sua construção iniciada no correr de 1960 –, encontramos previsto um clube de vizinhança com piscina, campo de futebol, sede social, etc. Uma outra “unidade de vizinhança” se formava lá. Em seu conjunto, portanto, uma micro-cidade estava “coincidentalmente” praticamente construída e/ou em construção inteiramente na Asa Sul, espalhada entre as superquadras de números finais 4 e 8. Trata-se, como já comentamos, da microcidade (muito provavelmente) priorizada pela Novacap, situada entre as quadras de números 4 a 8. Quanto à Asa Norte, apenas o posteamento e a iluminação indicavam sua existência. E isso, por insistência do próprio JK, que desejava ver do alto, no chão do planalto, riscada e iluminada a cruz do “avião” de Lúcio Costa, “como sinal de posse” do novo Brasil.

O balanço final do governo sobre as obras de Brasília procurou mostrar que a cidade existia de fato. Essa atitude se impôs, sobretudo, porque o governo JK havia se acostumado a representar textualmente a cidade, criando pequenos nichos construídos a fim de mostrar como tudo seria quando os trabalhos de construção estivessem realmente concluídos.<sup>23</sup> Essa prática foi tão comum que mesmo os operários aprenderam a camuflar certas obras construindo

algumas partes delas, quando eram informados das visitas de JK, demolindo-as assim que a visita se encerrava. Mas, agora, a Novacap precisava de fato mostrar a cidade para seus futuros moradores.

Nos dias que precederam a inauguração, a Novacap organizaria ainda a chamada “operação toaleta” cujo objetivo era preparar a cidade para as festividades. Um gramado aqui, a pintura de uma via acolá, a colocação de lâmpadas em postes de iluminação, um pequeno espelho d’água, a expansão do número de ramais telefônicos. Um dos principais problemas (anunciados) permanecia: a distribuição das novas moradias aos congressistas e funcionários da administração federal que chegavam para comemorar e residir. Esse trabalho pouco mudou o resultado final. Mas Niemeyer e Lúcio Costa, que muito se acostumaram aos prazos e desejos kubitschekianos, talvez não suportando os improvisos urbanísticos e arquitetônicos dos últimos dias, simplesmente não compareceriam às festividades da inauguração.

Em síntese, nota-se claramente que a prioridade da construção se concentrou no núcleo central da cidade, ou seja, a Praça dos 3 Poderes e a esplanada dos Ministérios, embora o anexo central do Congresso (o grande edifício em forma de “h”) e os edifícios dos ministérios não estivessem totalmente funcionais. Em relação ao setor residencial, a falta de moradias denunciava que apenas parte da Asa Sul, exatamente 11 superquadras, ou seja, 11,8% do número total das 90 superquadras projetadas, estavam de fato terminadas. Isso para falar apenas na

Asa Sul, porque a Asa Norte, literalmente, não existia e a plataforma rodoviária, centro do avião, ainda não estava concluída.

A construção da cidade havia sofrido uma oposição sistemática da grande imprensa. Nenhum dos quatro grandes jornais brasileiros – *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo*, *Jornal do Brasil* e *O Globo* – a havia inteiramente aprovado. Mas, no momento da inauguração, toda polêmica girava em torno das condições urbanas da cidade e administrativas da capital. E, nesses quesitos, ambas (cidade e capital) deixavam muito a desejar. Isso foi noticiado pelos órgãos da imprensa, alguns dias mesmo antes da inauguração. A título de exemplo, *O Jornal do Brasil*, em sua edição de final de semana do 17 e 18 de abril, sob o título de “Corre-corre na hora H de Brasília”, afirmava na sua primeira página:

[...] 72 horas antes da inauguração, a cidade de Brasília, construída de encomenda para servir de Capital do Brasil, está vivendo os momentos de maior balbúrdia de sua curta história.<sup>24</sup>

As mais ácidas críticas viriam do mais importante jornal de oposição ao governo JK: a *Tribuna da Imprensa*. Já em sua edição do 23/3, na primeira página, podia-se ler: “DASP conclui: Brasília não tem condições para receber o governo”. Na matéria, lia-se que, segundo o DASP, a mudança para Brasília deveria ser “apenas simbólica”. Às vésperas da mudança, no dia 19/4, a *Tribuna* anunciava em sua primeira página: “Congresso ameaçado de colapso. Confusão

total em Brasília". Na edição do 20/4, a *Tribuna* continua, em sua primeira página: "Senadores pedirão volta do Congresso: Brasília é o caos". Finalmente, no dia 22/4, a *Tribuna* anunciava em tom de denúncia: "Deputados e senadores de volta: governo trama parar o Congresso". No *Correio da Manhã*, edição do 21, à página 22, lia-se: "Brasília é um pandemônio". O *Diário Carioca*, em sua edição do dia 21/4, página 3, afirma: "Brasília se inaugura sem depósito de lixo: o que havia virou favela". O *Jornal do Brasil*, na edição do 21/4: "Deputados sem ter onde morar começam hoje mesmo a voltar ao Rio". O *Estado de S. Paulo*, em sua edição do 21 de abril, apoiou com reservas a mudança, julgando que a época não era a mais adequada "para tão grande empreendimento". De forma geral, a imprensa provava o que o governo havia insistentemente escondido: não havia cidade na nova capital. Não havia capital na nova cidade.

### No dia da inauguração: uma capital ou uma cidade? (À guisa de conclusão)

A falta de condições de funcionamento dos Poderes da República em Brasília provocou a revolta de 19 senadores da República que reabriram o antigo Senado Federal no centro do Rio de Janeiro. Em seguida, a partir do dia 22 de abril e, sobretudo, do dia 23, os principais atores sociais da República começaram a deixar Brasília após terem suspendido suas atividades políticas e adminis-

trativas. No dia 23 de abril, a Câmara dos Deputados ainda não conseguira se reunir e um dos ministros do Tribunal Superior se recusara a ir a Brasília enquanto a justiça não pudesse funcionar perfeitamente. Alguns tribunais e ministérios haviam sido agrupados nos mesmos edifícios. O Ministério das Relações Exteriores (que dividia o prédio com o Ministério da Saúde) se recusava igualmente a deixar a cidade do Rio de Janeiro, transferência que seria realizada apenas na década de 1970. Era o prenúncio da "campanha do retorno" que, poucos meses após a inauguração, pretendeu fazer a capital retornar à cidade do Rio de Janeiro.

No dia 22 de abril, o poder judiciário já tinha decidido suspender suas atividades e o Senado Federal faria o mesmo até o final daquele dia.<sup>25</sup> As atividades do Senado seriam suspensas até o dia 31 de maio de 1960. Com a suspensão temporária das atividades dos tribunais federais e do Congresso, criava-se um verdadeiro vazio nos poderes judiciário e legislativo do país. Apenas o poder executivo funcionava. A conclusão era óbvia: não havia capital em Brasília.

Somados aos poderes, parte dos funcionários e parlamentares, que tinham participado das festividades de inauguração da cidade, partira no dia 22 de abril. A cidade teria visto sua "população" se precipitar nas agências de viagem ou tomar a estrada Brasília-Belo Horizonte. Uma verdadeira queda de braço iniciou-se nesse momento entre o governo JK e os diferentes atores da República que recusavam se transferir para Brasília. De uma maneira

completamente inesperada, o governo JK, que havia vencido tantas batalhas, capitulava ante as evidências: a cidade de Brasília ainda não reunia as condições necessárias para ser a nova capital do Brasil. Em síntese, estava inaugurado um símbolo, em parte uma capital, não uma cidade.

Sem o comércio e a produção agrícola que lentamente se formou em torno das cidades (satélites) que não deveriam existir, dificilmente aqueles que ali moravam teriam podido permanecer. A máquina burocrática do Estado até há pouco tempo contava com mais funcionários públicos residentes na cidade do Rio de Janeiro do que na cidade de Brasília. A análise do período da construção, ainda que feita muito rapidamente, revela que toda uma mitologia foi criada em torno da capacidade de realização do governo JK,

daqueles anos dourados, etc. É interessante pensar que a construção de Brasília tenha se beneficiado dessa imagem bem positiva que paira sobre aquele período. Isso talvez ajude a explicar por que existam tão poucos trabalhos que apresentem um balanço descrevendo o real estado da cidade no momento de sua inauguração. Pouco se fala também a respeito das obras inauguradas durante a década de 1960. Outro fato importante é, sem dúvida, o movimento de 1964, que em muito contribuiu para prejudicar as análises feitas sobre a cidade. As análises geopolíticas ainda hoje insistem em misturar o final dos anos 1950 com a década de 1960 pós-1964. Todos esses fatos, porém, não podem mais encobrir o polêmico fato: Brasília não era uma capital nem mesmo uma cidade à época de sua inauguração.

106

### Márcio de Oliveira

Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília, DEA em Antropologia e Sociologia Comparada e Doutor em Sociologia pela Universidade de Paris V, professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Paraná  
marciodeoliveira@ufpr.br

## Notas

- (1) Segundo dados do último censo do IBGE, realizado em 2000.
- (2) Existe uma famosa “tese” segundo a qual JK seria a reencarnação do faraó Amenófis IV que teria transferido a capital do Antigo Egito de Tebas para Aton. JK, de certa forma, teria dado lastro a essa tese quando declarou, após visita ao Egito, ter ficado “impressionado” com as obras do antigo faraó. Para maiores detalhes, ver Kern (1984, p. 58-68) e JK de Oliveira (1974, pp. 110-112).

cadernos metrópole 15 pp. 89-111 1º sem. 2006

- (3) “Programa de Metas” foi o nome dado ao conjunto de trinta objetivos específicos a serem alcançados durante o período de governo. Foi elaborado pelo Conselho de Desenvolvimento, órgão criado por JK logo em fevereiro de 1956, pouco após sua posse.
- (4) Doravante abreviamos o nome do ex-presidente para suas iniciais mais conhecidas, JK.
- (5) Cabe menção ainda ao projeto ainda em andamento de Freitag, no qual a autora relaciona a última capital brasileira às demais, propondo um roteiro através das “itinerâncias urbanas” e dos “poderes peregrinos”.
- (6) Doravante nos referimos a esta *Revista brasília* simplesmente por *Revista*.
- (7) Esta revista continuaria a ser publicada de forma irregular após a inauguração de Brasília.
- (8) Frederico Clementino San Thiago Dantas (1911-1964) foi jurista, professor, ministro das Relações Exteriores e da Fazenda, no governo João Goulart. No período do governo JK, foi deputado federal pelo PTB.
- (9) JK apud Vasconcelos (1979, p. 25).
- (10) Nascia igualmente a expressão o *ritmo de Brasília*, que se popularizou pelo Brasil na época e cujo significado era “trabalhar apressadamente”.
- (11) Muitos decretos e atos federais foram assinados em Brasília bem antes de sua inauguração. Ver Vasconcelos (1980).
- (12) No primeiro número da *Revista brasília*, o governo JK recuperaria esse sonho através de uma foto-montagem onde JK, Israel Pinheiro, os diretores da Novacap, além de outras personalidades, estavam à frente de uma enorme cruz que havia sido construída em 1955 pela Comissão de Localização da Nova Capital. No canto inferior esquerdo dessa foto, reproduzia-se uma pequena foto do padre italiano. A figura de João Bosco terminaria por se colar à imagem da própria cidade.
- (13) JK, in *Revista brasília*, Boletim mensal da NOVACAP, Rio de Janeiro, nº 1 (jan/57), p. 1.
- (14) “Ofício do Presidente da Novacap à Comissão da Mudança da Capital Federal da Câmara dos Deputados”. In: *Diário de Brasília*, 1956/57, 1960, pp. 237-242.
- (15) É conhecida a frase do deputado Carlos Lacerda: “Ou Juscelino acaba Brasília ou Brasília acaba com ele”.
- (16) JK de OLIVEIRA in *Revista brasília*, op. cit., nº 10 (out/57), p. 10.
- (17) Programa das Solenidades de Inauguração do Palácio da Alvorada e Obras do Governo Federal. Documento disponível no site [www.cpdoc.fgv/jk](http://www.cpdoc.fgv/jk). A referência de classificação do documento no CPDC é: CPDOC/FGV/Arquivo Nelson de Melo/nem vp 1957.06.00 l-d9.
- (18) JK de Oliveira, in *Coleção Brasília. Diário 1958*, 1960, pp. 14-15.
- (19) JK de Oliveira, in *Diário de Brasília*, 1958, 1960, p. 129.
- (20) JK de Oliveira, in *Diário de Brasília*, 1959, 1960, pp. 48/49.
- (21) A Novacap, segundo sua contabilidade, tinha gasto pouco mais de 50 bilhões de cruzeiros, ou seja, assim mesmo 1/3 do total dos gastos da cidade.
- (22) JK de Oliveira, in *Diário de Brasília*, 1959, 1960, p. 217.

- (23) A título de exemplo, desde 1959, quando se inaugurou o primeiro edifício residencial nas superquadras, a Novacap mobiliou um dos apartamentos a fim de mostrar o estilo de vida que Brasília estava reservando a seus futuros moradores.
- (24) *Jornal do Brasil*, 17-18/4/60, p. 5.
- (25) *Jornal do Brasil*, 22/4/60. p. 5. De fato, o Supremo Tribunal Federal, desde o começo de 1960, analisava as condições de funcionamento da Justiça em Brasília, tendo decidido pela mudança apenas no dia 12 de abril.

## Referências

- BENEVIDES, M. V. de M. (1979). *O governo Kubitschek. Desenvolvimento econômico e estabilidade política 1956-1961*. 3 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- BICCA, P. (1985). "Brasília: mito e realidade". In: PAVIANI, A. (org.). *Brasília, ideologia e realidade. Espaço urbano em questão*. São Paulo, Projeto.
- BOJUNGA, C. (2001). *O artista do impossível*. Rio de Janeiro, Objetiva.
- BOMENY, H. (1992). "Utopias de cidade: as capitais do modernismo". In: Gomes, A de C. (org.). 2 ed. *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro, FGV.
- 108** BRUAND, Y. (1971). *L'architecture contemporaine au Brésil*. Lille, Thèse de Doctorat d'Etat, 2 tomos.
- CARDOSO, A. L. (1995). "O urbanismo de Lúcio Costa: contribuição brasileira ao conceito das nações". In: PECHMAN, R. e RIBEIRO, L. C. de Q. (orgs.). *Cidade, povo e nação. Gênese do urbanismo moderno*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- CARDOSO, M. L. (1978). *Ideologia do desenvolvimento. Brasil: JK-JQ*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- CARPINTERO, A. C. C. (1998). *Brasília: prática e teoria urbanística no Brasil*. Tese (Doutorado), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. São Paulo, USP.
- COELHO, M. P. (1989). *Brasília e a ideologia nacional-desenvolvimentista*. Dissertação (Mestrado), FFCLH. São Paulo, USP.
- CORBISIER, R. (1960). *Brasília e o desenvolvimento nacional*. Rio de Janeiro, MEC/ISEB.
- CORREIO DA MANHÃ (1960). Brasília é desde hoje a nova capital do Brasil. Rio de Janeiro, 20/4/60, p. 1
- \_\_\_\_\_ (1960a). Brasília é um pandemônio. Rio de Janeiro, 20/4/60, p. 22
- COSTA, L. (1991). Brasília, cidade que inventei. In: *Relatório do Plano Piloto de Brasília*, GDF, Brasília.
- \_\_\_\_\_ (1995). *Lúcio Costa: registro de uma vivência*. São Paulo, Empresa das Artes.
- DIÁRIO CARIOCA (1959). Prestes em Brasília sem ser convidado. Rio de Janeiro, 6/6/1959.
- \_\_\_\_\_ (1960). Existe conspiração contra mudança. Rio de Janeiro, 9/4/60, p. 1.

brasília: uma cidade ou uma capital à época de sua inauguração?

- DIÁRIO CARIOCA (1960a). Senadores pedirão volta do Congresso. Brasília é o caos. Rio de Janeiro, 20/4/60, p. 1.
- \_\_\_\_\_ (1960b). Brasília se inaugura sem depósito de lixo: o que havia virou favela. Rio de Janeiro, 21/4/60, p. 3.
- \_\_\_\_\_ (1960c). Jorge Amado: "Brasília consagrou a obra de JK". Rio de Janeiro, 18/5/1960.
- ESPEJO, A. (1984). *Rationalité et formes d'occupation de l'espace: le projet de Brasília*, Paris, Anthropos.
- FARO, C. e SILVA, S. L. Q. da (2002), "A década de 1950 e o Programa de Metas". In: GOMES, Â. de C. *O Brasil de JK*. 2 ed. Rio de Janeiro, FGV Editora.
- KERN, I. (1984). *De Aknaton a JK. Das pirâmides a Brasília*. 2 ed. Brasília, Edição do Autor.
- HOLSTON, J. (1993). *A cidade modernista. Uma crítica de Brasília e sua utopia*. São Paulo, Cia das Letras.
- LE CORBUSIER. (1989). *A Carta de Atenas: versão de Le Corbusier*. São Paulo, Hucitec/Edusp.
- LOPES, L. C. (1996). *Brasília. O enigma da esfinge. A construção e os bastidores do poder*. Porto Alegre/São Leopoldo, EdUFRGS/Ed Unisinos.
- MARANHÃO, R. (1986). "O Estado e a política "populista" no Brasil (1954-64)". In: FAUSTO, B. (dir.). *O Brasil Republicano*. São Paulo, Difel.
- MOREIRA, V. M. L. (1998). *Brasília: a construção da nacionalidade. Um meio para muitos fins (1956-61)*. Vitória, EdUFES.
- MOREIRA, V. M. L. (1978). *Mon expérience à Brasília*. Paris, Alfabète.
- OLIVEIRA, J. K. de. (1958). *Discursos - 1956*. Rio de Janeiro, 425 p.
- \_\_\_\_\_ (1958). *Discursos - 1957*. Rio de Janeiro, 303 p.
- \_\_\_\_\_ (1959). *Discursos - 1958*. Rio de Janeiro, 532 p.
- \_\_\_\_\_ (1959). *Discursos - 1959*. Rio de Janeiro, 385 p.
- \_\_\_\_\_ (1960). *Mensagens - 1956*. Rio de Janeiro, 212 p.
- \_\_\_\_\_ (1960). *Mensagens - 1957*. Rio de Janeiro, 150 p.
- \_\_\_\_\_ (1960). *Mensagens - 1958*. Rio de Janeiro, 144 p.
- \_\_\_\_\_ (1976). *Meu caminho para Brasília*. Rio de Janeiro, Bloch Editores, 3 vols.
- \_\_\_\_\_ (1974). *Por que construí Brasília*. Rio de Janeiro, Bloch Editores.
- OLIVEIRA, M. de. (2005). *Brasília: o mito na trajetória da nação*. Brasília, Paralelo 15.
- \_\_\_\_\_ (2006). O ISEB e a construção de Brasília: correspondências míticas. *Sociedade e Estado*. Brasília, nº 21, jul/2006 (no prelo).
- PEDROSA, M. (1981). *Dos murais de Portinari aos espaços de Brasília*. São Paulo, Perspectiva.
- REVISTA BRASÍLIA (1957-60). Brasília. Novacap, (jan/57-dez/60), n. 1 a 45.
- SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (1960). *Diário de Brasília. 1956-57*. Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_ (1960a). *Diário de Brasília 1958*. Rio de Janeiro.

- SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (1960b). *Diário de Brasília*. 1959. Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_ (1960c). *Diário de Brasília*. 1960. Rio de Janeiro.
- SILVA, L. S. D. da. (1997). *A construção de Brasília. modernidade e periferia*. Goiânia, Ed. da UFG.
- SKIDMORE, T. (1979). *Brasil. De Getúlio a Castelo*. 6 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- TAMANINI, L. F. (2003). *Brasília. Memória da construção*. 2 ed. Brasília, Livraria Suspensa.
- TOLEDO, C. N. (1978). *ISEB: fábrica de ideologia*. São Paulo, Ática.
- VAISTMAN, M. (1968). *Quanto custou Brasília?* Rio de Janeiro, Editora PS (Coleção Livro - Verdade).
- VASCONCELOS, A. (1979). *A primeira viagem*, Brasília, Ed. do Autor.
- \_\_\_\_\_ (1980). *Uma casa para o Presidente*. Brasília, Ed. do Autor.
- VESENTINI, J. W. (1986). *A Capital da Geopolítica*. São Paulo, Ática.

## JORNAIS

- 110** *Correio da Manhã*. Brasília é desde hoje a nova capital do Brasil. Rio de Janeiro, 20/4/60, p. 1
- \_\_\_\_\_ Brasília é um pandemônio. Rio de Janeiro, 20/4/60, p. 22
- Diário Carioca*. Prestes em Brasília sem ser convidado. Rio de Janeiro, 6 de junho de 1959.
- \_\_\_\_\_ Existe conspiração contra mudança. Rio de Janeiro, 9/4/60, p. 1.
- \_\_\_\_\_ Senadores pedirão volta do Congresso. Brasília é o caos. Rio de Janeiro, 20/4/60, p. 1.
- \_\_\_\_\_ Brasília se inaugura sem depósito de lixo: o que havia virou favela. Rio de Janeiro, 21/4/60, p. 3.
- \_\_\_\_\_ Jorge Amado: "Brasília consagrou a obra de JK". Rio de Janeiro, 18 de maio de 1960.
- Jornal do Brasil*. "Corre-corre na hora H de Brasília. Rio de Janeiro, 17-18/4/60, p. 1
- \_\_\_\_\_ Brasília está sendo acabado com atraso a toque de caixa. Rio de Janeiro, 17-18/4/60, p. 5
- \_\_\_\_\_ Deputados sem ter onde morar começam hoje mesmo a voltar o Rio. Rio de Janeiro, 21/4/60, p. 1.
- A Tribuna da Imprensa*. DASP conclui: Brasília não tem condições para receber o governo. Rio de Janeiro, 23/3/60, p. 1
- \_\_\_\_\_ Em 132 prédios, só 29 tem esgoto. Rio de Janeiro, 24/3/60, p. 1
- \_\_\_\_\_ Falta de tudo em Brasília: Câmara a mais atrasada. Rio de Janeiro, 29/3/60, p. 3.
- \_\_\_\_\_ José Bonifácio: congresso não pode mudar-se para Brasília. Rio de Janeiro, 30/3/60, p. 5.
- \_\_\_\_\_ Senado vai simbolicamente para Brasília. Rio de Janeiro, 31/3/60, p. 1.

## brasília: uma cidade ou uma capital à época de sua inauguração?

---

*A Tribuna da Imprensa*. Congresso ameaçado de colapso. Confusão total em Brasília. Rio de Janeiro, 19/4/60, p. 1

\_\_\_\_\_ Ministros também estão de volta: Brasília não tem mesmo condições. Rio de Janeiro, 23-24/4/60, p. 1

## Depoimentos do Programa de História Oral de Brasília do Arquivo Público do Distrito Federal

COSTA, L. (1988). *Depoimento. Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal.

COSTA, M. E. M. G. (1991). *Depoimento. Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal.

ZETTEL, J. (1989). *Depoimento. Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal.

## Depoimentos ao CPDOC

111

(FGV site [www.cpdoc.fgv.br/nav\\_jk/htm/depoimentos.asp](http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jk/htm/depoimentos.asp))

Abelardo Jurema

Cleanto de Paiva Leite

Clemente Mariani

Eugênio Gudim

Recebido em fev./2006  
Aprovado em maio/2006

cadernos metrópole 15 pp. 89-111 1ºsem. 2006